

A escolha de Sofia e de FH



É possível, portanto, ir soltando o pé do freio e aliviar o desemprego

O que dói mais? Inflação ou recessão? A resposta é simples: as duas, ora essa! Simples, até correta, porém incompleta para este momento da economia brasileira. Nos últimos 25 anos, uma geração inteira viveu períodos de inflação sem recessão, com recessão, estagflação, mas sempre, permanentemente, inflação. Resultado: a renda assalariada encolheu, o desemprego prosperou, sumiu o investimento em produção, a jogatina do mercado financeiro enriqueceu os ricos e empobreceu os pobres, as cidades incharam de famintos e desabrigados, cresceu espantosamente a criminalidade, a corrupção correu solta e virou rotina, a moeda nacional perdeu valor e credibilidade, etc, etc e muitos malditos etcéteras. Catorze meses depois de um ambiente de estabilidade de preços, a população brasileira passou a odiar a idéia de voltar a esse passado amaldiçoado e não quer mais ouvir falar em inflação. Mas será que o preço tem de ser sempre a recessão e o desemprego?

Em primeiro lugar, a estabilidade de preços não é um fim que se esgota em si mesmo, um objetivo descolado da realidade. Se não servir ao bem estar do homem, de nada adianta. Por isso, o remédio da recessão para garantir a estabilidade deve ser evitado e, se não for possível, precisa ser aplicado com equilíbrio, em dosagens

que não se traduzam em agravamento da já sofrida situação em que vive a maior parte da população. É difícil responder com precisão se o governo Fernando Henrique Cardoso exagerou na dose. Alguns segmentos da indústria sentiram dessa maneira, outros passam até ao largo da recessão, continuam empregando e ampliando a produção. Os efeitos nocivos, portanto, não foram generalizados, mas também não localizados em número reduzido de se-

tores e empresas.

O secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, é o primeiro a reconhecer que a amplitude do recuo na atividade econômica começou com a agricultura (e terá efeito na colheita do próximo ano) e ampliou-se para outros setores, mas o fenômeno foi desigual: atingiu mais São Paulo e menos outras regiões. Daí os protestos contra a recessão partirem de empresários e trabalhadores deste estado.

Muitas vezes o governante enfrenta dilemas como o vivido por Sofia, obrigada pela polícia nazista a escolher qual de seus dois filhos deveria morrer na câmara de gás. O dilema entre inflação e recessão é desse gênero. Sofia tinha amor igual pelos dois filhos e a idéia de condenar um deles a morte a torturou pelo resto da vida. FH sabe que sua escolha vai afetar a vida de 140 milhões de pessoas. Op-
tando pela proteção à estabilidade dos

preços e tomou medidas de efeito recessivo, que colocaram no olho da rua muitos pais e mães de família.

Em compensação, o Real comemorou esta semana sua primeira deflação e segue, assim, beneficiando a população como um todo e os mais pobres em particular. Talvez fosse preferível obter resultados mais modestos em relação à inflação e desempregar menos. Mas desde o início do Plano Real o governo tem priorizado a proteção absoluta à estabilidade de preços, doa a quem doer. FH tem apoiado essa corrente. Uma vez mais, as divergências na equipe econômica se manifestam nesse ponto. José Serra e Mendonça de Barros desejariam abrandar o desaquecimento da economia, mesmo à custa de resultados mais lentos ou até algum recuo na batalha contra a inflação. Pedro Malan, Edmar Bacha, Gustavo Franco e Chico Lopes acham que a prioridade é garantir a vitória final contra a inflação e postergam para o futuro o crescimento do emprego e da renda assalariada.

A escolha foi a melhor? Em um país cheio de diversidades regionais e habitado por 140 milhões de pessoas é impossível avaliar essa questão pela simples percepção. É preciso, então, recorrer às pesquisas para tentar aferir se a dor escolhida por FH se abateu sobre um número maior ou menor de brasileiros. Trabalhos do IBGE e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostram que a retração da produção e do emprego na indústria brasileira foi desigual nas regiões geográficas e em setores industriais. Ao comparar o faturamento da indústria em abril, mês do pico do Real, com julho último, a CNI consta-

ta que em apenas três meses ocorreu uma queda expressiva de 13,2%. Foi um tranco tão forte que fica difícil o ministro Pedro Malan insistir que não se trata de recessão. É temporária, mas é. Apesar disso, a mesma pesquisa da CNI constata que houve um crescimento acumulado de vendas de 9,28% desde o início do Real. Da mesma forma, o desemprego cresceu 2,8% desde abril, mas a partir de julho/94 mais 0,49% da população economicamente ativa incorporou-se ao mercado de trabalho.

Nos estados do Norte e Nordeste o crescimento do emprego foi mais expressivo: Amazonas cresceu 20%, Ceará 15% e Pernambuco 4%. Ou seja, na média do país (sobretudo nos estados mais pobres) as medidas recessivas de FH estão longe de anular os efeitos positivos do Real. O IBGE chega a constatação similar e observa que nesse período recessivo "os segmentos industriais que fabricam bens destinados às classes de renda mais baixa sustentam-se em patamares elevados de produção". Para o IBGE sofreram mais as indústrias automobilística, de fumo, vestuário e calçados. Em compensação, entre junho e julho a produção de eletrodomésticos cresceu 22,9%, bebidas 35,9% e perfumaria 35%.

Os números mostram que a recessão aconteceu, não foi linear e atingiu menos a população carente. Porém, a deflação de 0,34% da FGV e os indicativos de índices baixos para os próximos meses sinalizam que o governo já conseguiu o que queria. É possível, portanto, ir soltando o pé do freio e aliviar a dor do desemprego.